

## **ATA DA IV REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO PLENO DO DIA 14 DE MAIO DE 2024**

Aos quatorze dias do mês de maio, deu-se início, às 8h50, em terceira chamada, à IV Reunião Ordinária do Conselho Pleno deste Colegiado na sede do Conselho Municipal de Educação com localização na Escola Municipal Júlio César de Almeida Lorangeira, situada à rua Délio Gomes Ferreira, s/n, Parque das Palmeiras. Reuniram-se os Conselheiros Municipais de Educação, com a participação da presidente do Conselho, Silvia Almeida Lira, da vice-presidente, Mariana Inácio de Oliveira Máximo, e dos seguintes conselheiros de forma presencial: Maria Andréia de Almeida Ribeiro, Angela de Fátima Figueredo Leone de Almeida, Rosângela Gonçalves Motta, Walquíria Maria de Lima Pereira, Jorge Luiz da Silva Nunes, Nevaldo Leocádia Bastos Júnior, Alex de Almeida, Camila de Lima Teixeira Maia, Wellington Pereira da Silva, Cristiane Cunha Vaz da Silva Inoue, Marcos Paulo Pereira Ramos, Camila de Oliveira Barbosa da Costa, Norielem de Jesus Martins, Alex Targini, Milene Lima da Silva e Patrícia Aparecida Viríssimo, além da assessora técnica Cristiane Carneiro e da secretária executiva Simony Valim da Rocha. Respeitadas as disposições regimentais, a presidente Silvia Lira iniciou a reunião cumprimentando os conselheiros e passou à pauta. O primeiro ponto foi o PAAIC - Programa Angrense de Alfabetização na Idade Certa, e a presidente passou a fala ao conselheiro Nevaldo Bastos, o qual apresentou informações e dados sobre esse tema, partindo do decreto que instituiu o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada. Sobre o PAAIC, Nevaldo salientou que é uma proposta do município alinhada ao DOC (Documento Orientador Curricular da Rede Municipal), contando com material estruturado, formação docente, monitoramento e acompanhamento. O conselheiro ressaltou que um dos focos das visitas do CME às unidades municipais é o acompanhamento do PAAIC. A conselheira Rosângela Motta destacou como é importante ter acesso a esses dados, pois especifica-se em que é necessário agir. O conselheiro Jorge propôs trazer a equipe da Educação Especial para explicar se esses materiais estruturados e jogos estão sendo adaptados para os alunos com deficiência, e se está sendo feito esse acompanhamento na Educação Infantil. Mariana concordou com a proposta. Silvia Lira trouxe como exemplo um aluno seu com baixa visão que recebe material adaptado (ampliado). A conselheira Maria Andreia acrescentou que sua escola também recebeu material ampliado. Marcos Paulo questionou se o uso dos tablets também é adaptado para o público da Educação Especial. A conselheira Camila de Oliveira elucidou que, sempre que há solicitação das escolas, são liberados programas voltados para os alunos com deficiência para além dos jogos que já vão instalados nos tablets. Patrícia Viríssimo ressaltou que o programa é muito interessante e tem impacto positivo, mas os resultados do IDEB poderiam ser melhores, além disso apontou a necessidade de continuação das políticas que são relevantes. Rosângela Motta enfatizou a necessidade do compromisso de professores e gestores com a proposta do PAAIC, que a gestão de pessoas na escola é complexa e que há ainda a necessidade de formação dos novos profissionais. Nevaldo destacou que essa dificuldade de alfabetização é uma questão histórica. Alex de Almeida trouxe que as políticas públicas precisam estar articuladas, tendo em vista que são diversos problemas envolvidos, não apenas da educação, há questões do contexto social. Cristiane Inoue citou uma pesquisa a qual aponta que a carreira docente não está tão interessante e trouxe a reflexão de que a profissão docente tem muitas demandas e cobranças, impactada também por fatores sociais e pela desvalorização, aspectos que a tornam muito complexa. Marcos Paulo destacou que a gestão de pessoas é um fator complicado, além do grande número de alunos em sala e o quantitativo expressivo de alunos com deficiência, o que faz necessário haver mais profissionais. Nesse

contexto, salientou que isso impacta também a alfabetização. Além disso, enfatizou a necessidade de formação para outros profissionais da escola, para além dos docentes. A conselheira Norielem destacou que há sim necessidade de uma formação densa dos profissionais e com um olhar voltado para a educação popular, considerando que muitos alunos da rede pública têm uma família pouco escolarizada e que não teremos resultados imediatos, pois os processos levam tempo. Após as falas, a presidente Silvia Lira abordou o segundo ponto da pauta, o GAFCE-RJ (Grupo Articulador de Fortalecimento dos Conselhos Escolares). Apresentou o site do GAFCE-RJ, falou das formações e temos três coordenadoras, Marilza Arantes, Priscilla Barros e Kelly Faria. Disse ainda que o CME compartilhará o link do GAFCE no grupo institucional. Mariana Máximo solicitou que o conselheiro Jorge comentasse sobre o Projeto Escola Legal. Jorge tomou a palavra e lembrou que esse projeto dá um retorno para a sociedade de que as escolas estão aptas para ofertar a Educação Infantil, destacando a proposta pedagógica e a acessibilidade. Além disso, mencionou que nas visitas técnicas foi observada a falta de acessibilidade, mas ressaltou que precisamos ter um equilíbrio entre a proposta ideal e a real no tocante a este último ponto. Segundo o conselheiro, o Projeto Escola Legal busca esse equilíbrio. Cristiane Carneiro complementou que esse projeto é exclusivo das escolas privadas que já estão legalizadas e que todo ano é necessário o alvará da Vigilância Sanitária. Porém, nas visitas, foi percebida a necessidade de verificar outros pontos (PPP, regimento interno, inclusão entre outros), e que nos pontos levantados na última reunião da Câmara de Educação Básica pensou-se em um evento de caráter formativo. Desta forma, o primeiro passo seria alterar o ato normativo em vigor. Jorge complementou que precisamos de um diálogo com outros agentes, como a Vigilância Sanitária e a Educação Especial. Sua proposta é que se marque uma reunião com a equipe responsável pelo selo de acessibilidade do município para empresas a fim de pensarmos a viabilidade de implementar algo do tipo para as escolas, com vistas para 2025. A conselheira Angela Leone destacou que as escolas privadas em sua maioria estão em prédios que foram modificados para que as instituições funcionem, e que essas escolas já cumpriram as exigências legais para funcionamento, além disso há o complicador de que esses imóveis muitas vezes são alugados. O conselheiro Jorge salientou que o objetivo não é penalizar as escolas, mas trazer formação a elas e que se pense as adequações possíveis, equilibrando o real e o ideal, com data prevista para 01 de julho. Angela Leone apontou que as escolas privadas já estão discutindo a acessibilidade, que é uma preocupação dessas instituições. A presidente agradeceu a fala do Conselheiro Jorge e deu prosseguimento à pauta, com a proposta da constituição de uma Comissão de Ética do Conselho Municipal de Educação, considerando a boa-fé e as especificidades da atuação dos conselheiros municipais. Alex de Almeida destacou que essa comissão é importante até para pensar também a postura respeitosa dentro do conselho e que o nosso regimento é omissivo em relação a esse aspecto, além disso, defende que essa comissão seja permanente. Silva Lira encaminhou a votação pela constituição de uma Comissão de Ética. Proposta um: concorda com a constituição de uma comissão de ética; proposta dois: não concorda com a criação de uma comissão de ética. A proposta um recebeu dezessete votos. Assim, por unanimidade, a criação da Comissão de Ética foi aprovada. Os conselheiros Rosângela Motta, Maria Andréia, Cristiane Inoue, Milene Lima, Walquíria Lima, Marcos Paulo, Patrícia Viríssimo e Nevaldo Bastos colocaram-se para integrar essa comissão. Verificou-se a paridade e esses conselheiros constituirão a comissão. Dando prosseguimento, Mariana Máximo apresentou fotos das visitas técnicas realizadas no último mês e do I Fórum das Escolas Privadas de Educação Infantil. Por fim, a vice-presidente passou aos informes: resposta ao Ministério Público acerca da acessibilidade das escolas privadas de Educação Infantil; publicação da deliberação do Histórico da Educação Infantil; resultado da eleição para representantes de professores da Educação Básica; processo de recomposição das representações do CME e CACS FUNDEB; participação no Grupo de Trabalho sobre a Meta 17 em 02/05/2024;

agenda com o Fórum Permanente de Educação para monitoramento do PME e Publicação em B.O. da autorização de funcionamento das escolas Centro Educacional Laranjinha e Colégio Interativo. Walquíria fez o repasse da reunião sobre a Meta 17, na qual foi solicitado um estudo de impacto da Meta 17 e terá retorno no dia 11 de junho, na segunda reunião do GT. O conselheiro Alex de Almeida propôs que se discuta na próxima reunião a questão da escola no território indígena e a possibilidade de uma visita. Também trouxe à tona a necessidade de discutir as atribuições dos inspetores escolares e ainda solicitou que as próximas atas sejam aprovadas na reunião seguinte e que não sejam acrescentadas falas durante a leitura da ata. Silvia Lira pediu para registrar em ata a justificativa das faltas das conselheiras Elaine Jaques, Suelen Moura e Luana Bandeira por motivo de doença, e da conselheira Suzana do Carmo por falecimento na família. Mariana encaminhou a votação: proposta de ata lida no dia: treze votos; leitura de ata na reunião seguinte: um voto; duas abstenções. Assim, a leitura da ata será feita ao final de cada reunião. Após as considerações finais, a Presidente do CME, Silvia Almeida Lira agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião. E eu, Simony Valim da Rocha, li e encerro esta ata. Ata lida e aprovada ao término da IV Reunião Ordinária do Conselho Pleno de quatorze de maio de dois mil e vinte e quatro.